

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 196.^a Sessão Ordinária
Realizada em 22 de outubro de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo, Armando Queiroz, Francisco Escorsin, Lázaro e Xenofonte Villanueva (6).

Declarada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ADIB RACHID, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Da decisão desta Casa requer, ainda, seja dado conhecimento à família enlutada, à Avenida Cândido Hartmann, 510.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1971.

(a) — João Mansur

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente requer, após ouvido o Plenário, que se consigne nas Atas dos nossos trabalhos, um voto de congratulações ao Senhor Carlos Venâncio e demais companheiros de Diretoria, que brilhantemente venceram as eleições no Sindicato dos Estivadores de Paranaguá.

Que se dê conhecimento do teor ao Presidente eleito, Senhor Carlos Venâncio, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1971.

(a) — Nelson Buffara

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para registrar um fato que pelo seu ineditismo não poderia passar despercebido.

Domingo anterior, em Paranaguá, o Sindicato da Estiva, os estivadores de Paranaguá, aqueles que operam na orla marítima, sem dúvida o mais importante e mais significativo sindicato de Paranaguá, procedeu sua eleição para o biênio 71-73. Disputaram duas chapas: a da situação e a da oposição.

É comum naquela Diretoria, nas normas daquele sindicato, o Presidente tentar sua reeleição; e o Presidente realmente solicitou a reeleição. A chapa da oposição, liderada pelo Sr. Carlos Venâncio, nosso companheiro de lutas em Paranaguá, venceu por dois votos. Mas o Capitão dos Portos, Comandante Bitencourt, oficial da nossa Marinha de Guerra, elemento altamente capaz, muito sensível, de uma profunda habilidade, que coordenou as eleições, atendendo a um pedido da Chapa Diretora na qual pedia a impugnação, aceitou porque havia 16 votos invalidados; razão pela qual o vencido não tinha a maioria absoluta. Determinou novas eleições que ocorreram no dia de ontem, em Paranaguá. Tomou o Capitão dos Portos as medidas necessárias para que não houvesse tumulto e, num ambiente que achamos de tranquilidade, foi ratificada a vitória do Sr. Carlos Venâncio que, ao invés de vencer por dois votos, que seria bastante, no segundo escrutínio venceu por 64 votos. Foi uma vitória altamente expressiva e é a primeira vez na história de Paranaguá que a oposição venceu a situação. Este nosso companheiro é membro do MDB do Paraná, o que dá maior cunho de validade, maior importância à sua vitória.

Quero registrar o fato desta Tribuna e congratular-me com Carlos Venâncio, pedindo que a Mesa registre um voto de aplauso à figura exponencial, altamente humana de Carlos Venâncio, caboclo de Paranaguá, nascido na Ilha Valadares; por esta vitória tão expressiva e de tanto mérito. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, Segundo Orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há aproximadamente um mês atrás, através de um expediente em forma de requerimento a esta Mesa, pedimos e obtivemos aprovação no sentido de hoje da Assembleia Legislativa à figura do grande paranaense, o maestro Bento Mossurunga, cujo primeiro aniversário de morte transcorrerá amanhã.

Por tudo aquilo que realizou pela nossa música, pelo desenvolvimento de nossas artes pelo desenvolvimento de nossa cultura, acreditamos que na Assembleia Legislativa do Estado jamais poderia passar despercebida esta data, lamentável e ao mesmo tempo tão importante na vida cultural, na difusão da cultura de nosso Estado.

Bento Mossurunga, entre outras inúmeras composições, é o autor do Hino de Curitiba, é autor do Hino do Paraná, e seria interessante, seria necessário até que esta Casa, agindo por intermédio de seus representantes, procurasse, junto ao Poder Executivo Paranaense, encontrar uma forma pela qual o Hino do Paraná, de autoria de Bento Mossurunga fosse gravado, porque infelizmente não existe exemplar neste sentido do Hino de nosso Estado, difundindo a cultura do povo paranaense em todas as escolas de nosso Estado.

“Bento Mossurunga, no depoimento da revista Vilanova, em artigo publicado em 1943, é um destes representantes da velha guarda que continua, para honra e glória de nossa música popular, a distribuir as maravilhas de sua inspiração.

Nasceu em Castro, às margens do rio Iapó, em 7 de maio de 1879. Já ao frequentar a escola pública local, se distinguia pelo amor à música e era sempre visto onde havia uma banda a tocar, um instrumento musical a soar.

O ambiente musical de Castro era limitadíssimo, assim mesmo, o menino começou a aprender piano e violino. Criança ainda, já era figura obrigatória nas festas e nos conjuntos musicais. Mas era preciso continuar os estudos em Curitiba.

Foi aí por volta de 1903, que Mossurunga começou a compôr. Nesta época admirava, com os colegas, determinada morena que costumava passar pela rua 15. Não conhecia o seu nome e ficou sendo conhecida, em seu círculo de amigos, como a "bela morena". A ela dedicou uma valsa com o mesmo nome "a Bela Morena".

Em 1905 o melhor semanário ilustrado costumava publicar as melhores composições que lhe eram enviadas. Mossurunga pensou e resolveu aventurar. Mandou sua valsa, a música foi publicada e houve uma festa entre os amigos. Desde a "Bela Morena" até inúmeras outras composições, entre as quais "custe o que custar", "Vamos deixar disto", "Seu Amaro quer", "Três Amôres", "Respeito às Côres" e muitas outras.

Ainda nessa fase, Mossurunga não cultivou apenas o gênero de revistas, de músicas mais ligeiras, mas músicas, partituras de diversas outras peças, entre elas "O Batuta da Avenida", "Os Alegres Bolchevistas", "A República", "Hora de encenar". A primeira peça musicada foi uma comédia musicada de Paulo Barreto e João do Rio, representada por Cristiano de Souza; a maior parte dessas peças ainda não foi apresentada em nosso território, apesar de sê-lo no Rio, São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre.

Fica, portanto, registrado em data de hoje uma homenagem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ao grande Maestro, ao grande compositor paranaense Bento Mossurunga, que muito honrou nossa cultura e nossa arte. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário do Sr. Ernesto Carlos Look, Prefeito Municipal de Mamborê.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos percorrido todo o Interior do Paraná, tendo em vista a tese que levantamos aqui, há dias passados, no sentido de que a Presidência do Diretório Regional da ARENA paranaense seja, quando da Convenção, entregue a um Deputado Estadual.

Seria cansativo repetirmos aqui o que nos inspirou a defender essa tese. Apenas queremos fazer um relato do resultado de nossos contatos no interior, tendo em vista essa mesma tese.

Percorremos vários Municípios, após entendimentos que tivemos aqui em Curitiba com a maioria dos Srs. Vereadores e é com satisfação que anunciamos que, quando andávamos pelo Interior, víamos peels jornais e pelo rádio, que aqui em Curitiba o Presidente da Câmara de Vereadores, Dr. Edgard Dantas Pimentel, como nos havia dito, já havia empunhado essa bandeira também, o que vem sobremaneira fortalecer essa nossa tese, porque ela só vingará se aqueles elementos vierem a se somar com os elementos desta Casa de Leis, os Deputados Estaduais.

No Interior, em contatos que tivemos com os atuais Presidentes e Delegados do Partido majoritário, sentimos que muito embora venham novas modificações na Convenção que se aproxima, a tendência e a simpatia em apoiar essa nossa tese é muito grande.

Dai a nossa alegria, o nosso euforismo mesmo, em vermos quase que aceita essa nossa tese.

Queria, neste instante, de público congratular-me com o eminente Segundo Secretário desta Casa, com quem viajamos às regiões que representamos, em grande parte representada pelo Deputado Quielso Crisostomo, senti, bem de perto, que a imagem de que desfruta S. Exa. o sr. Governador do Estado, Haroldo Leon Peres, naquela região é bem outra do que se ouvia e do que se dizia há dias passados. Isto tudo deve-se, naturalmente, aos atos, à atuação de S. Exa. o Sr. Governador, cuja imagem já é bem diferente daquela que se via nos primeiros dias de seu Governo.

Gostaria de registrar aqui, porque não dizer, que nosso eminente colega estreado nesta Casa está sensibilizando bastante a população que representa, notadamente a comarca de Astorga. Na recepção às autoridades que já compareceram, e por uma deferência toda especial do eminente colega lá me encontrava e pude notar o prestígio que possui não só o Chefe do Poder Executivo, como o eminente representante daquela gnt, nosso 2.º Secretário.

É com satisfação que anuncio aqui que S. Exa. o Sr. Governador Haroldo Leon Peres se mostrava alegre pela união que há em todas as lideranças do Paraná. Fêz menção também S. Exa., que a própria imprensa e que os líderes que representam o Paraná hoje já compreendem sua missão e estão todos unidos no sentido de que o Paraná continue nesta senda de progresso.

Esta nova faceta, esta nova fase do Governo Haroldo Leon Peres nos traz bastante alegria e satisfação porque verificamos que a ARENA, o Partido do Governo, o Partido da Revolução, está se preparando para uma Convenção pacífica, em termos de compreensão, graças ao entendimento de todas as lideranças e, principalmente, porque não dizer, do "comandante em chefe" — S. Exa. o Sr. Governador Haroldo Leon Peres. Segundo pronunciamentos feitos em todos os Municípios que percorremos, vimos essa tranquilidade e essa harmonia e pudemos observar que todas as Lideranças estão sendo respeitadas sob o comando total de nosso Governador.

Eram as palavras que queria registrar na manhã de hoje. Nos próximos dias percorrerei alguns Municípios do Interior tendo em vista a Convenção da ARENA e tendo em vista, também, — vai aí um alertamento para algum colega que não tenha talvez observado — o término da filiação a 16 do mês próximo. Não seria, bem dizer o término, porque a filiação continua aberta, mas somente os elementos que se filiarem até o dia 16 é que terão direito a voto na Convenção que se processará logo a seguir.

Percorrerei um grande número de Municípios para bem orientar nossos companheiros e, neste contacto, porque não dizer, defender aqui nossa tese de que a ARENA do Paraná seja presidida por um Deputado Estadual, dando assim uma oportunidade a que os nossos representantes nos altos escalões façam o mesmo, e venham representar o Paraná no Diretório Nacional, modificando o que ocorre hoje, quando o Estado do Paraná não se vê representado em um Ministério, em nenhum posto de destaque no Governo Federal; isto porque o Paraná não teve, não quis ou não se interessou em argüir posição no Diretório Nacional e, como nós sabemos, o Partido da Revolução se fez pujante e é necessário que, através desta força, nossos líderes consigam posições nas altas esferas nacionais.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94-69, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, para construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à Rodovia PR-11.
— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 94-69

A Assembleia Legislativa do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, destinado a acordar a construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à rodovia PR-11.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 195-69, fica criado no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual para funcionar a partir de 1972. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 195-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, com início de funcionamento previsto para o ano de 1972.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da realização deste empreendimento correrão à conta de dotação orçamentária a ser prevista para o próximo ano.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.10.71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 71-70, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 71-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102-70, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 102-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição além do Município sede, nos de Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.10.71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 114-70, fica regulamentada a Assistência Médico Hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, através do Instituto de Previdência do Estado e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 114-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, nos termos do disposto pelo art. 77, inciso II, da Constituição Estadual, será prestada por intermédio do Instituto de Previdência do Estado, observando-se no que couber, os regulamentos específicos já em vigor.

Art. 2.º — Ao Poder Executivo caberá fornecer os recursos complementares para pagamentos das despesas que decorrerem da aplicação do novo regime assistencial, ressarcindo o Instituto de Previdência do Estado pelo sistema de restituição trimestral, das importâncias que forem efetivamente despendidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 196-70, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga Floresta a Itambé — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 196-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação, a rodovia que liga o Município de Floresta ao de Itambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.10.71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 210-70, que autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural de Guarapuava uma área de Terra com 60.000 m², na forma que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 210-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por doação, à Sociedade Rural de Guarapuava, uma área de terra com 60.000,00 m2. (sessenta mil metros quadrados), localizada no Município de Guarapuava, sem benfeitorias, localizada entre o próprio daquele Município, terreno de propriedade do Guarapuava Esporte Clube e Avenida Manoel Ribas, local onde funcionava antigo aeroporto.

Parágrafo Único — A área a que se refere este artigo, se destina à construção de um parque destinado à exposição dos produtos agrícolas, agropecuários e seus derivados.

Art. 2.º — As construções e benfeitorias para os fins que se destinam deverão ser erigidas dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação desta Lei, sob pena de a área referida no artigo anterior reverter ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 42-71, que autoriza o Poder Executivo a denominar “MAESTRO BENTO MOSSURUNGA”, o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 42-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “Maestro Bento Mossurunga”, o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 44-71, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 80,00, a cada uma das Trigêmeas, Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, nascidas nesta Capital a 23 de março de 1971. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 44-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), nascidas em 23 de março de 1971, nesta Capital.

Art. 2.º — As pensões a que se refere o artigo anterior, serão pagas até que as beneficiárias completem a idade de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Único — Nos casos de casamento, emancipação, profissionalização e aquisição de economia própria, cessarão automaticamente, os benefícios desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de outubro de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50-71, fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente "CASA DE MISERICORDIA", da cidade de Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 50-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 100-71, fica acrescida de um artigo com a seguinte redação a Lei n.º 5.611, de 09 de agosto de 1967. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 100-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Lei n.º 5.611, de 09 de agosto de 1967, fica acrescida de um artigo com a seguinte redação:

— Ficam asseguradas idênticas vantagens ao militar que tenha sido transferido para a reserva remunerada ou reformado, mesmo antes do advento da presente Lei, desde que preencha um dos requisitos previstos naquela Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de outubro de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Pinto Dias — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 232-71, Mensagem n.º 34-71, integrando a Administração do Porto de Paranaguá — A.A.P. e a Administração do Porto de Antonina A.P.A., em entidade autárquica única, vinculada à Secretaria dos Transportes, sob denominação de "ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA — A.P.P.A." e dá outras providências. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adib Rachid. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Carlos Venâncio e seus companheiros de Diretoria do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que determine providências a fim de que sejam construídos Grupos Escolares nas localidades de Samambaia, Jordãozinho, Vitória e Cachoeira, no Distrito de Entre Rios, no Município de Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado aplo ao Sr. Governador do Estado no sentido de que determine providências junto à Secretaria de Educação e Cultura, em relação ao Programa de Ensino em Guarapuava. — Em Discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós apresentamos um Requerimento solicitando ao Sr. Governador do Estado, que determine providências junto à Secretaria de Educação e Cultura, com relação ao programa de ensino em Guarapuava.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, rapidamente, chamar a atenção para o aspecto altamente negativo da política educacional do Estado com relação à minha região e especialmente à Colônia de Entre Rios. Quando nestes dias realiza-se a Primeira Festa do Trigo do Paraná, eu quero também aproveitar a oportunidade para mais uma vez lembrar aos Srs. Deputados que a Festa do Trigo começa na terça-feira, e na quarta-feira, teremos a presença do Sr. Governador do Estado, do Sr. Ministro da Agricultura; com certeza os Srs. Deputados Estaduais lá estarão, o Sr. Presidente desta Casa e os membros integrantes desta Mesa, que prestigiarão sobremaneira a Primeira Festa do Trigo do Paraná.

Estarão presentes nesta ocasião também, delegações vindas do Estado da Colônia Suábia, que se espalharão por toda a América Latina e por alguns países da América Central. Estarão presentes delegações de todos estes países, onde existe esta colônia suábia.

A de Guarapuava é das mais importantes do Brasil. Já produziu aqui nestes últimos 20 anos, o equivalente à produção de um ano de todo o Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; é extraordinário o que se faz no campo da produção agrícola naquela região; é um exemplo animador para o Brasil. Lá produz-se trigo da melhor qualidade; melhor índice de produtividade por hectare. Maior concentração de máquinas agrícolas do Brasil naquela área.

Temos agricultura racionalizada; as máquinas mais modernas do mundo já se encontram no Paraná, lá em Entre Rios, no Município de Guarapuava.

Agora, Srs. Deputados, não há luz sem sombra. E se destaquei dos reflexos luminosos estes fatos, é porque tenho que cumprir com o meu dever de representante daquele povo; mostrar também as sombras que lá existem. A omissão injustificada do Governo do Estado do Paraná; a omissão revoltante do Governo do Estado do Paraná naquela área.

São mais de mil habitantes dando ao Paraná condições de primeiro produtor de trigo, depois do Rio Grande do Sul. É uma gleba altamente produtora, como já disse inicialmente.

Vejam os Srs. Deputados, que aqueles estrangeiros que vieram para o Paraná, lá se instalaram, lá encontraram sua Pátria: muitos deles com suas famílias destroçadas pela guerra, alguns trazendo feridas na alma e saudades do exterior e, mesmo assim, se naturalizaram brasileiros. Seus filhos estão nas nossas escolas são brasileiros falando nossa língua, cultuando nossas tradições, vivendo toda a mística histórica de nosso povo, integrados com os brasileiros, com os caboclos do Rio Jordão, todos engraçados na comunidade nacional.

É uma injustiça o que o Estado do Paraná faz com essa gente, com esses brasileiros, e não posso aceitar. Creio que nenhum dos Deputados concorda com que o Estado não pague professores naquela área, que não dê escolas naquela região.

A Cooperativa Central Agrária teve que adquirir máquinas para conservar as estradas naquele pedaço do torrão brasileiro. É uma omissão da Administração Municipal de Guarapuava que, insensível aos anseios da população, não corresponde à expectativa. É omissão do Estado do Paraná que não con-

serva as estradas, que não cumpre sua parte neste trabalho que se faz pelo Brasil.

Nesta oportunidade quero fazer um apêlo ao Líder do Governo, com o prestígio que tem, com a facilidade de diálogo com o Governador do Estado, para que faça este demonstrativo. Vejam se não temos razão em apresentarmos aqui esta reivindicação.

O Sr. João Mansur — V.Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Só quero dar estes dados e já concederei o aparte.

Vejam os Srs. Deputados 551 crianças. A Cooperativa Central Agrária gasta 16 mil cruzeiros em salários. O Governo do Estado apenas mil e 900 cruzeiros. Toda a responsabilidade é dos cooperados. E a nossa Constituição diz que o ensino é gratuito e obrigatório. É gratuito, mas se os cooperados de Entre Rios não pagarem, seus filhos não terão escolas.

Há pouco o Vice-Líder do Governo disse que a imagem do Governo está muito projetada no Norte. Faria um apêlo para que a imagem do Governo também se projetasse naquela área, com uma ação efetiva, através da inversão deste quadro, no sentido de que o Governo do Estado pague professores para os filhos dos colonos, colonos que tanto produzem em benefício de nosso Estado.

O SR. Paulo Poli — V.Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Concederei primeiro o aparte ao Deputado João Mansur, que já havia solicitado, e depois a V.Exa.

O Sr. João Mansur — Inicialmente consultaria se V.Exa. está discutindo ou encaminhando à votação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Encaminhando a votação.

O Sr. João Mansur — Então não são permitidos apartes.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra que não são permitidos apartes na fase de encaminhamento de votação.

O Sr. João Mansur — Lamento não poder apartear.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Faço este apêlo porque represento aquela povo, e a injustiça é flagrante. Vamos aproveitar ainda o Sr. Governador, para inverter esse quadro, fazendo com que o Estado assuma a responsabilidade do pagamento dos professores e aí, então, o Deputado Paulo Poli poderia vir à Tribuna dizer que também na minha área, no Oeste Paranaense, melhorou muito a imagem do Sr. Governador do Estado, que de forma alguma pode ser boa. As estradas sendo construídas e conservadas por entidades particulares, num Estado como este, com um povo que produz tanto, gera tanta riqueza.

Isso é um contrasenso terrível, parece-me a negação de todo princípio público administrativo.

Faço um apêlo para que apoiem este requerimento e o Líder do Governo, tenho certeza que fará isso, porque conhece o problema, é amigo da região que também lhe tem dado a sua parcela de votação, e levará pessoalmente, ao Sr. Governador do Estado este apêlo no sentido de que o Estado realize um Convênio com a Cooperativa Central Agrária, no sentido de podermos oferecer aquelas crianças um ensino público gratuito, como a Constituição fala.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para próxima segunda-feira, dia 25, a Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 29-71 — 78-71 — 87-71 — 88-71 — 174-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 158-70 — 233-70 — 17-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 198-68 — 293-70 — 184-71 — 14-71.

Levanta-se a sessão.

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 197.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 25 de outubro de 1971 — (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fábio Braba Côrtes, Faud Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues, Santos Lima (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Francisco Escorsin, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 33 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 64-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 89-70, de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, fica criada uma Escola Normal de Grau Secundário no Município de Terra Roxa. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.